

Turismo étnico e cultura tradicional em Moçambique no pós-independência: Um olhar interdisciplinar a partir da Valimba do Pai Leão do Dondo

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Pós-doutoranda

Instituição: Universidade de Licungo

E-mail: luciamaqueiroz@ufrb.edu.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1140360871741575>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0919-3374>

António Domingos Braço

Doutor em Antropologia

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: abraço@unilicungo.ac.mz

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5288033508436218>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6079-1148>

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa pós-doutoral que adota uma perspectiva teórica crítica à colonialidade do poder e uma abordagem interdisciplinar para explorar aspectos socioeconômicos, históricos, políticos e culturais de Moçambique no período pós-independência. Em particular, enfoca-se o potencial de um turismo étnico de pequena escala, não massificado, de caráter inicialmente acadêmico, na região central do país, com ênfase no distrito do Dondo, província de Sofala. Tomando como ponto de partida a valimba, instrumento musical tradicional bantu, e as vivências e práticas do Mestre Pai Leão, busca-se compreender os desafios e as possibilidades existentes para o desenvolvimento do turismo étnico e para a preservação do patrimônio cultural moçambicano. Além disso, investiga-se a relevância da inserção dos saberes locais na educação como instrumento essencial para a conservação do patrimônio imaterial local.

Palavras-chave: Valimba. Turismo Étnico. Saberes Tradicionais. Patrimônio Cultural.

1 INTRODUÇÃO

Após a independência em 1975, Moçambique enfrentou inúmeros desafios, incluindo uma prolongada guerra civil, profundas transformações socioeconômicas e tentativas de reconstrução cultural e identitária. Nesse contexto, o ICOMOS, Comitê do Patrimônio Mundial para a implementação e gestão da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, lançou, em 1976, a Carta de Turismo Cultural, reconhecendo a importância deste segmento para a manutenção e proteção do patrimônio cultural (Iphan, 2025). Este documento, pioneiro no enaltecimento dos aspectos éticos, econômicos e multifacetados do turismo cultural, foi assinado por grande número de instituições e seguido, nos anos posteriores, por países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a exemplo de Moçambique, que passaram a perceber esta atividade como meio para salvaguardar e garantir a

conservação e a apreciação dos monumentos e sítios históricos (ICOMOS, 2025; Saraiva, 2018).

Em resposta à iniciativa do ICOMOS e, de modo a aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo turismo cultural, Moçambique incluiu na Resolução 12/97 de 10 de Junho “as expressões culturais, o folclore, as paisagens e parques naturais, monumentos e museus, os trajes, a culinária e os rituais tradicionais como elementos importantes para um turismo bem-sucedido” (Saraiva, 2018, p. 58). Entretanto, como afirmou Saraiva (2018, p. 58), “a promoção do turismo cultural no País ainda é fraca, a sua visibilidade encontra-se confinada aos eventos como os festivais de Cultura”.

Moçambique é uma nação que abriga uma diversidade de regiões, não apenas em termos geográficos, mas também em relação à multiplicidade de povos que apresentam manifestações culturais distintas. Essas manifestações abrangem uma ampla variedade de expressões, incluindo a filosofia de vida, a arte, a ciência, a dança, a música, a língua, os rituais religiosos e os diversos saberes tradicionais.

E esta vasta cultura poderá vir a ser impulsionada pelo turismo cultural, e, mais especificamente, pelo turismo étnico, um subsegmento desta categoria, que se constitui em uma das expressões mais complexas e dinâmicas do fenómeno turístico contemporâneo. Por intermédio desta prática, elementos culturais, históricos e simbólicos das comunidades transformam-se em atrações para visitantes que buscam o diverso.

Historicamente, essa modalidade de turismo caracterizou-se pela exploração de aspectos tidos como autênticos ou singulares, submetendo, com frequência, culturas locais a processos de mercantilização e descaracterização. No entanto, nas últimas décadas, tem-se observado um movimento crescente que visa a utilização do turismo étnico como instrumento de desenvolvimento local e revitalização cultural. Particularmente em territórios periféricos, esta atividade pode tornar-se um meio de resistência cultural diante das forças da globalização, oferecendo uma plataforma para a autoafirmação das comunidades.

A percepção do turismo étnico como uma possibilidade para o distrito do Dondo, Moçambique, decorre da forte herança étnica bantu presente nesta localidade, traduzida em formas de expressão ainda não patrimonializadas, mas dotadas de elevado potencial para se constituírem em diferenciais neste segmento, como a valimba e a dança utse. O foco deste trabalho recai sobre a valimba, embora se reconheça a relevância cultural do utse, uma dança tradicional do povo Sena. Geralmente praticada por mulheres em rituais de falecimento, o utse tornou-se, atualmente, uma referência cultural no Dondo, estando presente em diversos tipos de eventos, sejam eles de caráter cultural, político ou social.

A valimba, entretanto, emerge como o tema central deste estudo, destacando-se não apenas por sua relevância cultural paralela à do utse, mas também por sua notável capacidade de atrair um público significativo e de mobilizar recursos e pessoas em prol da sua difusão e preservação.

Na atualidade, em Moçambique, e, mais especificamente na sua região central, na província de Sofala, um grupo de pesquisadores, antropólogos, professores da Faculdade de Letras e Humanidades da

Universidade de Licungo, sediada na cidade da Beira, políticos, gestores de organizações públicas e não governamentais, aliados a mestres tradicionais do distrito Dondo, vem apostando em um turismo étnico, inicialmente de cunho acadêmico, enquanto uma possível forma de preservação da valimba, importante referência cultural desta última localidade. Essa mobilização por parte de diversos segmentos sociais, incluindo a comunidade acadêmica, empenhados no fortalecimento, na divulgação, na preservação e na difusão desse saber tradicional, reflete um engajamento comunitário vital para a perpetuação das práticas culturais e para a sua valorização no contexto do patrimônio imaterial.

É evidente que o desenvolvimento do turismo em um território é influenciado por uma multiplicidade de fatores, que vão desde o interesse e a organização das comunidades locais, as condições climáticas, a oferta de serviços e equipamentos turísticos, a qualificação da mão de obra e a estabilidade política, até a infraestrutura de acesso e os objetivos de operadoras de turismo, agências de viagens, gestores públicos e investidores hoteleiros. Além disso, deve-se considerar a disponibilidade de crédito para empreendedores e as tendências do mercado global. No entanto, este estudo enfoca especialmente uma atividade turística de pequena escala, impulsionada por residentes e voltada para um turismo étnico de baixa densidade. Este segmento, além de atrair pesquisadores, estudantes e professores, poderá mobilizar outros interessados na rica cultura africana, particularmente nas manifestações culturais de matriz bantu, como as observadas na localidade do Dondo.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa pós-doutoral realizada na Universidade de Licungo, que adota uma perspectiva teórica interdisciplinar e contrária à colonialidade do poder para explorar aspectos socioeconômicos, históricos, políticos e culturais de Moçambique no período pós-independência. Com um foco específico na região central do país, no Distrito do Dondo, a pesquisa evidencia o potencial de desenvolvimento do turismo étnico, tendo como eixo central a análise da valimba, um instrumento musical de origem bantu, e o trabalho do Mestre Pai Leão, artista tradicional renomado na província de Sofala.

Considera-se essencial compreender as dinâmicas sócio-históricas associadas ao instrumento valimba, abrangendo as técnicas e os processos de fabricação e afinação, bem como a atuação do poder público e das organizações da sociedade civil no que se refere à preservação, valorização e promoção desta forma de expressão cultural no Distrito do Dondo. Além disso, destaca-se a importância da inserção deste saber local no contexto educacional. Esses elementos são considerados fundamentais para a preservação das tradições e, conseqüentemente, para o incentivo e desenvolvimento da atividade de turismo étnico na região.

Optou-se por estruturar este trabalho a partir de tópicos centrais, cada um dedicado a uma dimensão específica relacionada à valimba e ao turismo étnico. Após este tópico introdutório, o seguinte aborda os procedimentos e os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa. Em sequência, são examinadas as dinâmicas do turismo, da identidade moçambicana e da política cultural em Moçambique, contextualizando

a valimba nesse cenário. O tópico subsequente concentra-se na valimba, descrevendo o território do Dondo, os processos artesanais de fabricação do instrumento e o rico conhecimento técnico e cultural que ele representa, abordando também as iniciativas institucionais voltadas à preservação desta forma de expressão como patrimônio cultural. Por fim, a análise dedica-se à inserção deste saber local na educação, seguida das considerações finais do estudo.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A metodologia empregada no estudo que deu origem a este artigo caracteriza-se por uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos de diversos campos do saber. A pesquisa combina o levantamento e a análise de informações bibliográficas com técnicas qualitativas, dentre as quais pesquisas primárias, entrevistas em profundidade e a constituição de grupos focais. No que tange às informações primárias, este trabalho é resultado de uma pesquisa direta e aprofundada, realizada entre outubro de 2024 e julho de 2025, que se apoia na historiografia oral e no método etnográfico. Esse método, essencial para a interpretação do comportamento, sentimentos e relatos de Pai Leão, um profundo conhecedor da valimba, não é exclusivo da Antropologia, mas constitui seu exercício por excelência. Clifford Geertz (1978) destaca a Antropologia como uma ciência interpretativa que busca o significado por trás das ações e discursos culturais. A utilização desse método permitiu uma compreensão mais rica e contextualizada da valimba e de seu papel na comunidade do Dondo, contribuindo para a preservação e promoção de sua importância cultural e potencial turístico.

Possivelmente Clifford Geertz (1978) tenha sido, entre os autores contemporâneos, aquele que mais problematizou o exercício da prática etnográfica. Inspirado por Max Weber, que concebe o homem como um animal vinculado a teias de significados por ele mesmo tecidas, Geertz interpreta a cultura como essas redes intrincadas de significado que o ser humano cria para conferir sentido à sua existência e ao mundo que o cerca. Essa “teia” simbólica orienta as ações, pensamentos e emoções dos indivíduos dentro de uma sociedade, configurando suas interações e relações sociais.

A prática etnográfica, como forma de conhecimento antropológico, envolve uma série de atividades metodológicas, tais como estabelecer relações com a comunidade, selecionar informantes-chaves, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos sociais, manter um diário de campo e realizar o que Geertz denomina “descrição densa”. No entanto, Geertz (1978) argumenta que não são essas técnicas e processos específicos que definem essencialmente o empreendimento etnográfico, mas sim o tipo de esforço intelectual que ele representa. Para Geertz, a etnografia é mais do que a aplicação de métodos; é uma forma de pensar, um processo de interpretação que busca compreender a cultura a partir de dentro, capturando a complexidade e a sutileza dos sistemas simbólicos que estruturam a vida social.

A importância da voz dos protagonistas — e, conseqüentemente, historiografia oral — em um

trabalho de descrição e interpretação etnográfica, é comprovada por Rosana Guber (2001). A autora ressalta que a historiografia oral possibilita capturar a experiência cultural e a memória, conferindo aos membros da cultura estudada um papel ativo na construção do conhecimento antropológico. Isso é particularmente relevante para uma “descrição densa”, conforme Geertz, que visa uma interpretação rica e detalhada das especificidades culturais, incluindo as perspectivas internas da comunidade, como exemplificado pelo papel da valimba e do Mestre Pai Leão no Distrito do Dondo. A metodologia desta pesquisa está, portanto, em consonância com esses princípios, enfatizando a participação direta dos membros da comunidade e a integração de suas vozes no processo de investigação e análise cultural.

A escolha de Pai Leão como interlocutor primordial neste estudo justifica-se por sua mestria abrangente em todos os aspectos relacionados à valimba. Seu conhecimento se estende desde a seleção da matéria-prima e confecção do instrumento até a composição melódica e lírica das canções, além de abarcar a organização do conjunto musical, a administração e a propagação da arte. Principalmente, Pai Leão permite, por meio de sua arte, conduzir um estudo interdisciplinar, que possibilitou analisar de maneira interligada a economia, a cultura, o turismo cultural, a educação e as questões de gênero. Dada a limitação da extensão deste artigo, o último aspecto citado não será abordado neste texto, que contempla, no que se refere aos profissionais da valimba — músicos e dançarinas — exclusivamente os depoimentos do Pai Leão.

Para a concretização do estudo que deu origem a este artigo foi necessária uma ampla convivência com o Pai Leão, cuja língua materna é o Sena, embora também seja fluente em português. Seus depoimentos foram gravados e posteriormente transcritos em quatro longas entrevistas realizadas em sua residência, além de terem sido registradas anotações de campo nos demais momentos de interação. Estes incluíram a presença da pesquisadora em encontros do grupo musical do Mestre Pai Leão, a banda Batche Manhecida; a participação em uma sessão de cura guiada pelo Mestre, que também é curandeiro; em um seminário acadêmico; em reuniões na Vereação do Dondo; em encontros na cidade da Beira, dentre outras oportunidades.

No âmbito das informações primárias, foram realizadas entrevistas em profundidade com duas dançarinas — Teresa Fernando Correia e Felizarda Armindo Charles — e uma ex-dançarina, a Puhala Tauabo, além de três músicos do grupo Batche Manhecida. Esses encontros ocorreram na residência do Mestre Pai Leão, em um caramanchão construído na área externa, espaço que ele reserva para seus momentos de contato com o seu instrumento musical. O idioma não foi impedimento aos diálogos, apesar da entrevista com a Puhala e com o ritmista Tomás Magá terem requisitado, respectivamente, o auxílio da Teresa e a tradução simultânea do baterista Jorge Laice. Dada a centralidade da valimba para esta pesquisa, buscou-se entrevistar o mestre Nhamazi Félix, que, assim como Pai Leão, reside no distrito do Dondo, na província de Sofala. Esses são os únicos mestres de valimba residentes no Dondo com tal expertise. No entanto, existem indícios da presença de outros mestres detentores desse saber tradicional em diferentes

vilas da província de Sofala, especialmente em Inhaminga, Marromeu, Chemba e Caia.

Ainda no que se refere às informações primárias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores doutores Tiago Tendai Chingore e José Bartolomeu Jocene Marra, da Universidade de Licungo; com o Dr. Camilo Luis, radialista e primeiro vice-presidente da Assembleia Municipal do Dondo; com os sócios fundadores da Associação Makolokoto; com os senhores Chacanza Mavunguire Chungano e Dede Faustino João, respectivamente, Diretor Provincial e Secretário Geral da SOTEMAZA; além de professores e gestores de quatro escolas localizadas nas proximidades da residência do Mestre, onde também foram realizados grupos focais com os estudantes. Os estabelecimentos, indicados pelo Pai Leão, foram: para o Ensino Secundário, a Escola Secundária do Dondo e a Escola de Macharote e, para o ensino primário, as escolas de Consito-Dondo e 25 de Setembro, atendendo à solicitação de incluir duas escolas de cada nível de ensino.

Esta proposta interdisciplinar alinha-se com uma perspectiva teórica decolonial, que reforça a importância da articulação entre educação e cultura para a preservação dos saberes e fazeres tradicionais e para a formulação de propostas de desenvolvimento comunitário focado no turismo étnico. A abordagem decolonial compreende a colonialidade do poder como um sistema global capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, que se estruturou a partir da ideia de raça — uma categoria biologicamente imaginada para naturalizar a inferioridade dos colonizados em relação aos colonizadores, conforme análise de Quijano (2005).

Quijano (2005) nos lembra que, na condição do centro do capitalismo mundial, a Europa não apenas controlava o mercado global, mas também impunha seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do mundo. Esse domínio incluía o controle de todas as formas de subjetividade, cultura e, especialmente, conhecimento e produção de conhecimento. Como resultado, houve a hegemonia de uma formação educacional e de uma visão cultural que se dissociam dos conhecimentos, práticas, saberes e fazeres tradicionais, uma realidade que se manifesta em regiões fora da Europa, incluindo as Américas e a África. A perspectiva decolonial busca desafiar essa hegemonia, valorizando e integrando os saberes locais no processo educacional e no desenvolvimento comunitário, como é o caso da valimba no contexto do Distrito do Dondo.

A perspectiva de questionamento da hegemonia de uma cultura eurocentrada também encontrou ressonância no ponto de vista contracolonial. Este termo foi cunhado pelo quilombola, poeta e escritor brasileiro Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, autor do livro “Colonização, quilombos: modos e significações”. Nego Bispo argumenta que tanto a decolonialidade quanto a contracolonialidade desempenham papéis importantes e que um conceito não invalida o outro.

Para Nego Bispo (2015), a contracolonialidade é conceituada como mais do que uma teoria; um ponto de vista enraizado na prática e na vivência cotidiana, que une povos indígenas e quilombolas.

Representa uma resistência ativa à perda de territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida. Em sua perspectiva, a oralidade ocupa um lugar central, pois traz para o ambiente acadêmico questionamentos e saberes que ainda não foram incorporados aos livros e às estruturas formais de educação.

Nego Bispo (2015) propõe a adoção de uma visão “afro-pindorâmica” como uma maneira eficaz de introduzir o pensamento contracolonial na educação. Ao utilizar o termo “afro-pindorâmicos” para se referir aos povos, ele ressalta a conexão entre os pensamentos e culturas dos povos originários e africanos, rejeitando a classificação de afro-brasileiros. Ele explica: “Quando eu falo de África, eu falo de um lugar. Quando eu falo de Pindorama, também não falo de um povo, falo de um lugar” (Bispo, 2015, p. 15). Pindorama, nome utilizado pelos povos originários para designar a “terra das palmeiras”, é evocado por Bispo para enfatizar a importância dos lugares e das raízes culturais na formação de identidades resistentes ao processo colonizador— uma perspectiva que dialoga amplamente com este estudo.

Neste trabalho, ao analisar a cultura Sena da região central de Moçambique, busca-se alinhar a perspectiva contrária à colonialidade do poder com um novo paradigma referenciado no conceito de “epistemologia do local”, formulado por António Braço. Para Braço (2017, p. 2) as práticas e narrativas do povo Sena devem ser compreendidas a partir da “epistemologia do local”, um conceito que enfatiza a “construção do conhecimento dentro dos limites de uma localidade específica, conferindo-lhe validade e significação”.

Rompendo com paradigmas tradicionais predominantes na Academia, esta pesquisa se dedica a conhecer e contribuir com experiências africanas — em especial moçambicanas — que, por meio da educação e da cultura, visam o fortalecimento, a visibilidade, a difusão e a preservação dos saberes e fazeres tradicionais. Esses elementos são recursos centrais para o desenvolvimento de propostas de turismo étnico em comunidades tradicionais. Nesse contexto, a pesquisa integra as iniciativas de valorização e preservação da valimba promovidas pela Universidade de Licungo, em parceria com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e o mestrePai Leão, configurando-se como uma contribuição adicional a este esforço coletivo.

3 TURISMO ÉTNICO, IDENTIDADE MOÇAMBICANA E POLÍTICA CULTURAL EM MOÇAMBIQUE

O turismo étnico, reconhecido como um subsegmento do turismo cultural, caracteriza-se, conforme Mércia Queiroz (2008), pela sua ênfase na valorização das singularidades culturais e na vivência do “outro” como sujeito de identidade e alteridade. A autora reconhece, entretanto, que essa interação apresenta riscos para os saberes e práticas culturais tradicionais, que podem vir a descaracterizar-se em função das demandas mercadológicas.

Para esta modalidade de turismo o conceito de autenticidade é considerado central, conduzindo a

que autores, como Nelson Graburn (1976), destaquem que as identidades exibidas em contextos turísticos podem ser construídas ou revitalizadas como uma forma de resistência cultural e de inserção no mercado turístico global. Por outro lado, a crítica à “invenção de tradições”, discutida por Hobsbawm e Ranger (2000), aponta os desafios éticos e sociais de criar ou adaptar práticas culturais apenas para consumo turístico. Assim, o turismo étnico se apresenta como um espaço de tensão entre a preservação cultural autêntica e a adaptação mercadológica.

Em que pesem os desafios que envolvem esta atividade econômica, o turismo étnico revela um grande potencial de crescimento em África, um continente notável pela sua diversidade linguística e cultural extensa. Em Moçambique, um país que sofreu influências de diversas migrações históricas e de interações comerciais com povos asiáticos e europeus, a riqueza cultural é particularmente marcada pelas tradições das populações bantas, que constituem a base da identidade cultural moçambicana.

Historicamente, Moçambique enfrentou uma dominação colonial que buscou suprimir as identidades culturais locais por meio de mecanismos ideológicos, resultando em significativas perdas culturais e linguísticas. A dominação colonial, através de seus diversos mecanismos ideológicos — como o sistema educacional, as instituições religiosas e os meios de comunicação — desencadeou um processo significativo de “alienação da consciência” entre os africanos.

Ao longo do período colonial, observou-se um desprezo crescente pelas línguas africanas, as quais eram rotuladas no discurso oficial como línguas de discriminação étnica e regional e pejorativamente denominadas “dialetos”. Ademais, havia a imposição de castigos severos para aqueles que por distração ou necessidade ousassem pronunciar uma palavra numa língua africana, um esforço claro de desencorajamento do seu uso e tentativa da sua supressão (Ngunga, 2021).

Este processo, analisado por Biko e Fanon e citado por Castiano (2010), promoveu uma auto-rejeição entre os africanos, ao importar uma visão de inferioridade cultural e racial frente ao “Outro-europeu”. Por considerar Moçambique como um país em que tanto o Estado colonial quanto o Estado independente teriam operado sob uma ideologia de negação étnica, Michel Cahen chega a questionar a existência do país enquanto uma nação coesa. Contrariando esta visão de Cahen, Macamo (1998) apresenta o pensamento de Eduardo Mondlane em defesa da existência de uma identidade nacional moçambicana fruto da “invenção portuguesa” desencadeada pela “experiência comum de opressão e dominação dos africanos” (Mondlane, *apud* Macamo, 1998, p. 36).

A identidade moçambicana foi abordada por diversos autores, entre os quais alguns já citados, em uma coletânea de textos dirigida por Carlos Serra (1998) no final dos anos 1990. Este autor, responsável pelo prefácio e pelo último capítulo do livro, inicia e encerra suas reflexões enfatizando que a identidade social, embora muitas vezes assumida como uma qualificação individual ou coletiva fixa, na verdade “remete não para aquilo que é idêntico, mas para o distinto”. Isso implica na impossibilidade de se dissociar

identidade e alteridade¹. A identidade só pode ser construída na interação com o outro. E, com base nesta análise, afirma que são as identidades sociais — resultantes da interação de diversos atores — que permitem que Moçambique, com seus territórios abrigando diferentes grupos étnicos, costumes, línguas, saberes e práticas, apresente uma ampla diversidade cultural. Uma diversidade que nem sempre foi evidenciada, valorizada ou reforçada pelo quadro político dirigente da nação (Serra, 1998, p. 9-10; 179).

Mariani (2011) contribui para a discussão sobre a identidade e diversidade culturais moçambicanas ao analisar a opressão e resistência linguística no país. Destaca que, embora Portugal tivesse presença em África desde o século XV, foi somente após as Conferências de Berlim, no século XIX, que a administração colonial se intensificou. A partir desse momento, a posse de territórios africanos passou a depender da ocupação efetiva, o que levou Portugal a implementar medidas socioeducativas no território colonizado, iniciando um processo de “civilização dos povos africanos”. Esse processo incluiu a imposição da língua portuguesa — um dos principais instrumentos da política assimilacionista — e a promoção dos costumes portugueses.

Apesar das tentativas de proibir as línguas autóctones, apenas uma pequena parte da população africana tinha acesso à educação formal. Consequentemente, a língua portuguesa se consolidou como a língua da elite, utilizada por uma classe social mais elevada, que ocupava posições de destaque no governo colonial. A ascensão social e a obtenção do status de assimilado exigiam a adoção das práticas culturais, sociais e linguísticas de Portugal (Mariani, 2011).

Mariani (2011, p. 112) argumenta que a “língua portuguesa nunca chegou a ser uma língua nacional em Moçambique”, apontando que a coexistência da língua do colonizador com as línguas autóctones é permeada por tensões. Isso se deve ao fato de que “as relações de poder funcionam contraditoriamente e as contradições se inscrevem na língua” (Mariani, 2011, p. 110). A convivência entre a língua portuguesa e as línguas locais reflete as complexas dinâmicas de poder e identidade em Moçambique, onde a língua portuguesa, embora dominante, convive com um leque diversificado de línguas autóctones que continuam a ser veículos de cultura e resistência.

Henrique Litsure (2021) analisa que durante o período de luta pela independência, a diversidade cultural era reconhecida e respeitada, embora não ocupasse o centro das prioridades políticas. No cenário pós-independência, em consonância com tendências observadas em outras nações africanas, houve uma tentativa sistemática de supressão das identidades culturais, das minorias e de suas tradições. Nesse período, a diversidade cultural, assim como a diversidade política, passou a ser objeto de combate, refletindo uma política de homogeneização, que visava consolidar a unidade nacional (Litsure, 2021).

Do pós-independência até 1989, a Frelimo — inicialmente formada como um movimento anticolonial — implementou políticas que tornaram ilegais quase todas as instituições sociais, culturais e

¹ Aspecto pontuado por Queiroz, M.(2008) em sua análise do turismo étnico, conforme comentado.

econômicas de origem camponesa com o objetivo de erradicar o patrimônio cultural tradicional. Os detentores de conhecimentos tradicionais, cuja sabedoria está intrinsecamente ligada ao patrimônio imaterial — como curandeiros, adivinhos, herbanários e especialistas em rituais — foram alvo de desvalorização, perseguição e, em alguns casos, de eliminação física, assim como as autoridades comunitárias tradicionais. Essas ações refletem um esforço sistemático para dismantelar as estruturas culturais e sociais tradicionais em favor de uma visão dita como moderna e centralizada do Estado (Litsure, 2021).

A diversidade cultural foi, progressivamente, percebida como incompatível com a implementação da orientação marxista-leninista. Conforme Ngunga (2021), que assim como Mariani (2011) investiga a questão linguística em Moçambique, durante o período do monopartidarismo (1975-1990), a Frelimo elevou o Português ao estatuto de única língua oficial, enquanto, em nome da unidade nacional, proibia o uso das línguas moçambicanas em espaços públicos.

Michel Cahen, citado por Lazagna (2006, p. 124), chama a atenção para o desejo do partido dominante de pôr fim à diversidade sociocultural, especialmente às etnicidades, que foram rotuladas de “obscurantistas, divisionistas, tribalistas”. Segundo Cahen, defendia-se, assim, a erradicação das religiões tradicionais e a modernização desses aspectos culturais para a produção de uma nação homogênea. Tal postura refletia o “habitus” de uma pequena elite burocrático-burguesa do sul do país, que mantinha uma relação de exterioridade com o “Moçambique real”, desconectada das práticas culturais e identitárias predominantes.

Corroborando com esta visão, Serra aponta que, “com a independência nacional a moçambicanidade foi politicamente construída como um dever-ser absoluto, irredutível do cidadão”. E este não deveria ser “contaminado pelas invasões parasitárias do étnico” (Serra, 1998, p. 11).

Litsure (2021, p. 86) destaca que “todas as referências locais que haviam dado sentido à vida das comunidades, deveriam ser abandonadas, por bem ou por força, porque eram consideradas feudais, obscurantistas, tribalistas, regionalistas, racistas e retrógradas”. A perseguição realizada pela Frelimo durante a fase inicial do pós-independência, que também abrangeu as instituições religiosas, “não se motivou exclusivamente pela busca de modernização, mas, principalmente, como uma estratégia para erradicar visões de mundo divergentes” (Litsure, 2021, p. 80).

Em síntese, entre os anos de 1975 e 1990, em que o Estado, sob a liderança da Frelimo, assumiu um papel centralizador, buscando moldar a cultura moçambicana em consonância com o ideal do “Homem Novo” — conceito que emergiu como um ideal político para criar uma identidade nacional coesa, afastando-se das influências coloniais e das estruturas tradicionais de organização social — a cultura foi instrumentalizada para fortalecer a unidade nacional e afastar influências coloniais e tribais, promovendo uma visão inovadora da identidade moçambicana. Contudo, essa abordagem negligenciou as particularidades das culturas locais, gerando desgaste e resistências entre diferentes grupos étnicos e

regionais (Basílio, 2010).

O Ministério da Educação e Cultura, criado em 1975, nasce, assim, em um contexto em que a cultura tradicional, de elite, de massa, não era aceitável, apenas as manifestações que valorizassem o “homem novo” e a nova sociedade (Landgraf, 2014, *apud* Bussoti e Gundane). Esse organismo, que tinha como um dos seus objetivos o “controle de todas atividades culturais, com a criação de comissões para colecta e estudos de todas as manifestações culturais do país, baseando-se na vida do povo e em hábitos culturais” passa a ter algumas instituições sob sua tutela, nomeadamente: o Instituto Nacional da Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas, o Serviço Nacional de Rádio Educativa e a Biblioteca Nacional de Moçambique. Em 1983, mesmo ano em que a pasta da cultura deixa de integrar um Ministério e passa a ser incorporada na nova Secretaria de Estado da Cultura, subordinada ao Conselho de Ministros, foi criado o ARPAC — Instituto de Investigação Sociocultural, “para assegurar o destino dos documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura, que tiveram lugar entre os anos de 1978 a 1982” (Bussoti e Gundane, 2019, p. 179-180).

No final desse período, a Assembleia da República Popular de Moçambique aprovou a Lei n.10/88, de 22 de dezembro, que estabeleceu as bases para a proteção legal dos bens materiais e imateriais do país. Esta lei visava proteger e salvaguardar o “patrimônio cultural da presença colonial portuguesa em Moçambique”, baseando-se nos princípios de responsabilidade do Estado na promoção do desenvolvimento cultural, ao mesmo tempo em que assegurava a identificação, registro, preservação e valorização dos bens culturais moçambicanos. Além disso, esse instrumento legal viabilizou a inclusão de bens nacionais na categoria de patrimonializados pela Unesco, como apontam Bussotti e Gundane (2019, p. 184).

Apesar de sua relevância, a Lei n. 10/88 foi considerada restritiva para a preservação de bens e manifestações de caráter imaterial, conforme expresso no “Relatório sobre a Implementação da Convenção e sobre o Estado dos Elementos Inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” do Ministério da Cultura e Turismo, dirigido à Unesco em 12 de abril de 2023. Apenas no novo século, sob o impulso da Convenção de 2003 da Unesco para a proteção do patrimônio intangível, o ARPAC e o Ministério da Cultura investiram em estudos e discussões para formular e estabelecer novos instrumentos — como registros e inventários — mais adequados para o levantamento, identificação e proteção dos bens culturais, especialmente aqueles considerados imateriais (Ministério da Cultura e Turismo, 2023).

A década de 1990 marcou o início de uma nova política de configuração mais receptiva ao diálogo sobre a diversidade cultural em Moçambique. A promulgação da Primeira Constituição Democrática e Multipartidária em 1990, somada ao Acordo Geral de Paz assinado em Roma em 4 de outubro de 1992, pelo presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, e pelo líder da Resistência Nacional de

Moçambique² (Renamo), Afonso Dhlakama, com a mediação da Comunidade de Santo Egidio da Itália, foi crucial para encerrar 16 anos de conflito civil. Esses eventos estabeleceram um contexto propício para o ressurgimento e valorização da cultura tradicional, reavivando o debate sobre a diversidade cultural e sua relação com o poder.

Como assinala Litsure (2021, p. 83) “a etnia é considerada o lugar eleito para a construção do desenvolvimento na África”, sendo o *locus* de “gestação dos conhecimentos endógenos e repositório das identidades culturais”. No entanto, a trajetória histórica das etnias não é estática, mas sim uma síntese dinâmica de experiências intergeracionais.

Após um período de desvalorização significativa, frequentemente associado ao arcaísmo e ao retrógrado, a etnia ressurge como um eixo central no contexto sociopolítico de diversos países africanos, incluindo Moçambique. Com a transição para a democracia multipartidária, as pesquisas linguísticas ganham maior visibilidade, e a concepção de nação próspera passa a incorporar a diversidade cultural. Nesse novo cenário, as línguas maternas da maioria dos moçambicanos são introduzidas na educação formal, reconhecendo-se a importância dessas línguas para a identidade e desenvolvimento nacional (Ngunga, 2021).

Para além da questão linguística, entre os anos de 1992 a 1996, o Governo Moçambicano, baseando-se no princípio fundamental da responsabilidade do Estado na promoção do desenvolvimento da cultura, adotou um conjunto de medidas direcionadas à “identificação, registro, preservação e valorização dos bens materiais e imateriais, onde está inserida a memória do povo moçambicano”, dentre as quais a normatização das seguintes áreas: Patrimônio Cultural, Patrimônio Arqueológico e Museu de Etnologia; formação e pesquisa — em música, dança, artes visuais, canto e na criação de um órgão regulamentador das bibliotecas; e Mercado cultural, com regras sobre audiovisual e a Lei do Mecenato (Landgraf, 2014, p. 17; Bussoti e Gundane, 2019, p. 185-186). Bussoti e Gundane argumentam, entretanto, que apesar de implementadas as normas de regulação econômica, faltavam políticas e estratégias culturais melhor definidas (Bussoti e Gundane, 2019, p. 188).

Segundo Landgraf (2014), o período de 1992 a 1996, além de extremamente rico na regulamentação e criação de equipamentos e órgãos culturais, foi marcado por uma maior abertura para a participação de agentes privados e internacionais na promoção cultural. No entanto, essa transição também revelou

² A Renamo foi fundada em 1975 após a independência de Moçambique como uma organização política anti-comunista, patrocinada pela Organização Central de Inteligência da Rodésia. A formação do partido (ainda como grupo guerrilheiro de direita) se deu sob os auspícios do primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith, que procurava por meio da Renamo, impedir que o governo da Frelimo fornecesse refúgio à União Nacional Africana do Zimbábue, uma organização militante que pretendia derrubar o governo rodésiano. Segundo Masseko, as evidências indicam que alguns moçambicanos, dissidentes e portugueses, tiveram uma coparticipação na fundação da Renamo, porém, esta foi, de fato, criada pela Rhodesian Central Intelligence Organization, sendo chamada inicialmente, em língua inglesa, de Mozambique National Resistance (MNR). Citando Norrie Macqueen, Masseko afirma que a Renamo foi criada com duplo objetivo: a) proporcionar guias e intérpretes para as operações militares rodésianas contra as bases de guerrilheiros nacionalistas zimbabueanos em Moçambique; e b) trabalhar para a desestabilização da Frelimo (Masseko, 2019).

fragilidades nas infraestruturas culturais e a ausência de um sistema eficiente de gestão e financiamento. Lopes (2016) ressalta que, apesar da ampliação das oportunidades de participação da sociedade civil, a falta de um plano nacional consolidado resultou na fragmentação das iniciativas culturais e na desigualdade no acesso a recursos.

A globalização impactou significativamente este período. Com a crescente influência dos mercados internacionais e o desenvolvimento das indústrias culturais, Moçambique começou a vivenciar mudanças na produção cultural. Conforme Bussotti e Gundane (2019), a cultura passou a ser vista também como um ativo econômico, explorado por setores privados e organismos internacionais. Contudo, esse processo não foi acompanhado por um fortalecimento institucional adequado, resultando na dependência de financiamentos externos e na falta de autonomia dos produtores culturais locais. A regulação econômica do setor cultural mostrou-se insuficiente para atender às necessidades do país, e os agentes culturais passaram a enfrentar dificuldades na obtenção de recursos e apoio estatal para suas iniciativas.

Para Bussotti e Gundane (2019), que subdividem o processo de implementação das políticas culturais em Moçambique em três momentos distintos — consolidação da identidade e preservação do patrimônio (1975-1990); regulação econômica do setor cultural (1990-1997); e produção e difusão do setor cultural (1997-2009) —, a fase iniciada em 1997 com a criação da Política Cultural de Moçambique e a Estratégia de sua Implementação é caracterizada pela tentativa de criar estratégias mais estruturadas para a produção e difusão da cultura moçambicana. O Ministério da Cultura e Turismo tem buscado implementar políticas que conciliem a preservação das tradições locais com a inserção do país na economia cultural global. No entanto, como aponta Lopes (2016), a implementação dessas políticas enfrenta desafios como a insuficiência de financiamento, a falta de uma rede eficiente de distribuição cultural e a concentração dos investimentos em áreas urbanas, deixando as regiões rurais com pouco acesso a iniciativas culturais.

Outro fator determinante nesta fase é a fragmentação institucional e a carência de cooperação entre os diferentes níveis de governo. Conforme Bussotti e Gundane (2019), a ausência de um sistema integrado dificulta a criação de um planejamento estratégico de longo prazo, resultando em iniciativas isoladas que nem sempre alcançam os bairros periféricos e rurais. Além disso, as políticas culturais ainda não responderam plenamente às necessidades dos artistas e produtores culturais, que frequentemente encontram barreiras burocráticas e financeiras para viabilizar seus projetos.

A legislação para o fomento da cultura, como a Lei do Mecenato³, tem se mostrado pouco eficaz na prática, dificultando aos agentes culturais a obtenção de financiamento para seus projetos. Segundo Lopes (2016), a dependência de financiamento internacional e a falta de incentivos para o investimento privado

³ Lei n.º 4/94 de 13 de Setembro (Lei do Mecenato), “estabelece os princípios básicos que permitem estender a *acção* das pessoas jurídicas, singulares ou *colectivas*, públicas ou privadas, que desenvolvem *actividades*, ou, financeira e materialmente as apoiem, no campo das artes, letras, ciência, cultura e *acção* social” (Ministério da Educação e Cultura, 2007).

comprometem o desenvolvimento sustentável do setor cultural moçambicano. A ausência de mecanismos de apoio contínuo às indústrias culturais faz com que muitos artistas dependam de iniciativas pontuais e de subsídios esporádicos, dificultando a consolidação de um mercado cultural forte e autossuficiente.

Outro aspecto relevante é o impacto das políticas culturais na identidade moçambicana. Basílio (2010) argumenta que a cultura desempenha um papel crucial na formação da cidadania e na construção de um sentimento de pertencimento. No entanto, as políticas implementadas nem sempre conseguiram integrar plenamente as diversas expressões culturais do país. A tensão entre globalização e tradição reflete-se na dificuldade de equilibrar influências externas com a valorização das culturas locais. Landgraf (2014) destaca que, para que as políticas culturais sejam efetivas, é essencial que considerem as realidades e necessidades das comunidades locais, garantindo a participação ativa dos agentes culturais na formulação e implementação dessas políticas.

Diante desse cenário, é essencial a formulação de políticas culturais inclusivas e descentralizadas, que garantam o acesso equitativo aos recursos culturais e incentivem a participação ativa das comunidades — como as existentes no distrito do Dondo — na preservação e difusão de suas tradições. O Estado deve reassumir um papel estratégico na proteção do patrimônio cultural, promovendo um modelo que não apenas considere a cultura como um vetor econômico, mas que a reconheça como um direito fundamental e um elemento estruturante da cidadania e da coesão social. Somente por meio de um compromisso efetivo com a diversidade e com a democratização do acesso à cultura será possível consolidar uma política cultural que reflita a complexidade e a riqueza das identidades moçambicanas, como enfatiza Landgraf (2014).

A falta de um apoio mais efetivo por parte do Estado ao patrimônio cultural de Moçambique faz com que comunidades e agentes responsáveis por manifestações do patrimônio imaterial — como é o caso do Dondo, com a valimba e o utse — vejam na patrimonialização pela Unesco uma alternativa quase exclusiva para a valorização, a preservação e a difusão da cultura local. Contudo, a riqueza e a diversidade da cultura nacional, por um lado, e a escassez de recursos financeiros do Governo moçambicano para a realização e atualização de inventários e planos de salvaguarda, por outro, adiam essas possibilidades.

De acordo com o relatório do Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique (2023), foram reconhecidos como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade pela Unesco o Nyau — Gule Wamkulu, apresentado conjuntamente por Moçambique, Malawi e Zâmbia, e a Timbila Chopi, ambos em 2005. O relatório também menciona a Dança Mapiko (I'Ngoma Ya Mapiko) como “Elemento inscrito na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente” em 2022.

O Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique informou que, por ocasião da inscrição da timbila como patrimônio da humanidade pela Unesco, foram indicadas diversas outras manifestações artístico-culturais do país que também poderiam ser escritas, a saber: as Pinturas Rupestres de Chinhamampere, a Floresta Sagrada de Xirindzene, a Dança Mapiko, o Ritual de Pedido de Chuva (Makoto) e a Dança Tufo

(Ministério da Cultura e Turismo, 2023).

Em um diálogo telefônico realizado com o Dr. Célio Tiane (Diretor Nacional do Patrimônio Cultural de Moçambique) no dia 24 de fevereiro, foi ratificada a informação fornecida anteriormente pela Dra. Angélica João (Diretora Geral Adjunta da ARPAC) de que não há, por parte do Governo Central, qualquer indicação para o registro da valimba como patrimônio pela Unesco, especialmente após a inscrição da timbila. Forma de expressão cultural praticada pelo povo chopi, um dos grupos étnicos da região sul do país (Wani, 2010), a timbila chopi, assim como a valimba, compreende o uso do xilofone artesanal. O diretor reconheceu, entretanto, a distinção entre as duas manifestações culturais e comunitárias, ao tempo em que informou que, atualmente, está em processo de avaliação a dança xibungo, tradicionalmente praticada nas regiões interiores das províncias de Gaza e Maputo.

De modo geral, a trajetória das políticas culturais em Moçambique demonstra a complexidade da gestão de um setor que é, ao mesmo tempo, um instrumento de identidade nacional e um componente econômico. Após a independência, o país passou por diferentes abordagens, desde um modelo centralizador e ideológico até um sistema mais aberto à participação do setor privado e às dinâmicas globais. No entanto, persistem desafios como a desigualdade no acesso aos recursos culturais, a falta de uma estrutura nacional eficaz de financiamento e a necessidade de descentralização da gestão cultural.

Dada a diversidade e vulnerabilidade do patrimônio cultural de Moçambique a riscos como a deterioração, o desaparecimento e a destruição, torna-se necessário que o Estado crie outros instrumentos e formas de proteção. Para que as políticas culturais se tornem mais eficazes, é essencial o apoio aos agentes culturais; o fortalecimento das culturas tradicionais; a efetivação de investimentos na criação de infraestruturas culturais acessíveis em todas as regiões do país e a instituição de mecanismos de financiamento sustentável.

Além disso, é fundamental que a formulação dessas políticas considere as especificidades das diferentes comunidades moçambicanas, garantindo que a cultura não seja apenas um instrumento de desenvolvimento econômico, mas também um meio de expressão e valorização das identidades locais. Sem dúvida, o patrimônio cultural é essencial para o turismo étnico. Sua riqueza e diversidade constituem diferenciais fundamentais para essa modalidade de turismo, mas, antes de tudo, é essencial para a manutenção da identidade, do sentimento de pertencimento e coesão do povo moçambicano, o que justifica e torna indispensável sua preservação.

4 A CULTURA DA VALIMBA: O TERRITÓRIO, O INSTRUMENTO, VIVÊNCIAS DO PAI LEÃO E APOIADORES INSTITUCIONAIS

O distrito do Dondo situa-se na região Nordeste da província⁴ de Sofala⁵, em Moçambique, na margem esquerda do rio Púnguè, cujo estuário se encontra nas proximidades da Cidade da Beira. Geograficamente, o distrito estabelece limites com os distritos de Muanza ao norte, Nhamatanda a oeste, Búzi ao sul, além da própria cidade da Beira, que é a capital provincial, e é banhado a leste pelo Oceano Índico.

Em termos de administração territorial, o distrito do Dondo (Mapa 1) está subdividido em três postos administrativos principais: o Posto Administrativo do Dondo, que inclui a Cidade do Dondo, o Posto Administrativo de Mafambisse, englobando Mafambisse Sede e Matua, e o Posto Administrativo de Savane, que abrange Savane-Sede e Chinamacondo.

Mapa 1 – Localização do Distrito do Dondo em Moçambique



Fonte: Wikipédia, 2025.

Com uma população estimada em 243.723 habitantes em 2024, sendo 50,1% mulheres e 49,9% homens, o Distrito do Dondo, com uma área de 2.306 km², apresenta uma densidade populacional de 105,69 hab./km². A etnia predominante no território é a Sena, pertencente ao grupo Bhangue, resultado de interações históricas entre os Machangas/Matewes e os Phodzoz do baixo Zambeze (Braço, 2017).

Demograficamente, a população do Dondo é considerada jovem, com aproximadamente 40% dos

⁴ Em Moçambique, conforme Decreto nº 11/2005, de 10 de junho, a província é a maior unidade territorial da organização política, econômica e social da administração local do Estado, sendo constituída de distritos, que por sua vez são formados por postos administrativos, que são divididos em localidades, que compreendem aldeias e conglomerados. A República de Moçambique é composta de onze (11) províncias, dentre as quais Sofala. (Braço, António Domingos, 2017).

⁵ Fazem parte da província de Sofala os distritos de Beira, Búzi, Dondo, Chemba, Cheringoma, Chibabava, Gorongosa, Machanga, Maringué, Marromeu, Muanza e Nhamatanda (Id., ibidem).

indivíduos com até 19 anos. Observa-se uma taxa de analfabetismo de 22%, inferior à taxa provincial de 35%. A menor escolaridade entre o gênero feminino no ensino primário é um reflexo do histórico de desigualdade educacional. O analfabetismo atingia mais da metade da população do Dondo, em 2005, afetando principalmente as mulheres. Cerca de 65% da população do distrito, com cinco anos ou mais, têm conhecimento da língua portuguesa, sendo o Cisena ou Xisena⁶ a língua materna predominante, seguida pelo Nda. O domínio do português é mais comum entre os homens, o que se correlaciona com sua maior participação na educação formal e no mercado de trabalho (Ministério da Administração Estatal, 2005).

No âmbito cultural, destacam-se a valimba, as danças do utse e a marimba como expressões culturais significativas das etnias locais, com a identificação de 49 grupos de dança, em 2004, sendo 312 artistas homens e 722 mulheres⁷. Na gastronomia, pratos típicos à base de *xima*⁸ são predominantes, como *xima* com *nsomba* (bagre africano; peixe fresco), *xima* com peixe seco e *xima* com *xincuio* (carne seca). Entre as tradições locais, onde os Sena e os Nda constituem a maioria, são notáveis as cerimônias familiares como o Reconhecimento aos mortos (*Nsembe*), Cerimônias pós-nascimento (*Mazuade*), Cerimônias pós-falecimento (*Pita-cufa*), Cerimônias pós-queimadas (*Pita-moto*), e rituais matrimoniais que incluem *Fungula mulomo* (primeiro contato oficial com a noiva), *Mussa* (consulta do lobolo⁹), *Semba* (pagamento do lobolo) e *Massesseto* (casamento) (Ministério da Administração Estatal, 2005).

A atividade turística no Dondo, embora incipiente, apresenta um potencial emergente. Em 2021, o distrito contava com 18 estabelecimentos hoteleiros, o que correspondia a 10% da oferta turística da província de Sofala. A cidade do Dondo concentrava a maior parte desses estabelecimentos, com 12 unidades. Coletivamente, esses hotéis ofereciam 216 quartos, evidenciando um crescimento significativo de 93% em relação a 2017, quando a oferta era de 112 quartos.

No estudo intitulado *Perfil do Distrito do Dondo* (Ministério da Administração Estatal, 2005), os autores indicam a ausência de um potencial turístico significativo na região e destacam as limitações das infraestruturas locais para o fomento do setor turístico. Quanto ao Dondo, embora não seja diretamente citado no plano, foi considerado em outro documento (Ministério da Cultura e Turismo, 2015), parte das localidades de Moçambique com potencial cultural, mas distante de se tornar um polo receptor de turismo, aproveitando as oportunidades existentes. Na realidade, o distrito não conta com um polo receptor

⁶ Conforme António Braço (op. cit., 2017), não existe uma única interpretação para a origem do povo Sena falante da língua Cisena ou Xisena, mas, sim duas formas centrais de interpretação. Ele, entretanto, considera a existência de convergência entre essas análises no que se refere ao fato de ser este um grupo de origem Bantu, que, em migração na busca por melhores terras alcançou países vizinhos a Moçambique, como as Repúblicas do Zimbábue e Malawi, situados às margens do Rio Zambeze.

⁷ Observar que esta informação inclui os grupos de valimba, considerados como dança tradicional no relatório do Promiso (Nhacalize, Domingos, et. alli., 2005).

⁸ A *xima* (Moçambique), conhecida como *nsima/sima* (Malawi) ou ainda *nshima* (Zâmbia) é um prato à base de farinha de milho, na forma de um puré branco, originário da Zâmbia e comum em toda a África Oriental, em particular na Zâmbia, Malawi e Quênia, onde constitui a base da alimentação quotidiana.

⁹ De forma sintética, compreende o dote acordado entre um futuro marido, ou chefe de sua família, e o chefe da família de uma futura esposa em agradecimento por permitir que o marido se case com sua filha.

significativo de turismo nas proximidades. Contudo, parte do território do distrito de Dondo constituiu uma das Zonas Tampão do Parque Nacional de Gorongosa, um atrativo de destaque para o segmento internacional.

Não é provável que o parque, por si só, impulse o turismo no Dondo. A maior parte dos visitantes chega através do Aeroporto Internacional da Beira e segue diretamente para Gorongosa, sem paradas para explorar as riquezas culturais locais. No entanto, é possível que ocorra um movimento inverso. As expressões culturais do distrito, valorizadas por meio de um turismo acadêmico, regional e de curto alcance, podem despertar o interesse da gestão do parque para uma possível associação de sua imagem e marca ao patrimônio cultural do território. Quem sabe a valimba possa iniciar esse processo.

Referência emblemática cultural do povo Sena, que habita o centro de Moçambique, o Malawi e o Transvaal¹⁰, a valimba destaca-se como um instrumento musical tradicional de grande complexidade. Segundo análises do etnomusicólogo sul-africano Andrew Tracey (2017), a valimba é descrita por uma escala heptatônica¹¹, composta por oito notas que se repetem, progressivamente, do registro grave ao agudo.

Pai Leão (ED/2024)¹² define a valimba (Figura 1) como “um instrumento especial”, classificando-o como “o instrumento tradicional mais extraordinário que existe”. Ele explica que a valimba é um instrumento independente e completo, capaz integrar formações musicais amplas, harmonizando-se com uma variedade de outros instrumentos, ou de ser performado solitariamente, pois incorpora em si as funções de baixo, solo e ritmo (harmonia, ritmo e melodia). Esta é uma das suas diferenças em relação à timbila, instrumento patrimonializado, que possui limitações quanto ao uso comercial sem o suporte de outros instrumentos musicais.

¹⁰ Transvaal é a região da África do Sul situada acima do rio Vaal, no nordeste do país. A informação da valimba enquanto referência cultural dos povos desta região e do Malawi consta na publicação de Andrew Tracey, tendo sido referendada pelo Pai Leão, no que se refere a este último país. Ver Tracey, Andrew, 2017.

¹¹ Uma escala heptatônica é qualquer escala ou modo configurando a sucessão de sete graus dentro de uma oitava. O exemplo mais conhecido é a escala diatônica, que contém, por exemplo, a escala maior e as escalas menores.

¹² As informações obtidas em entrevistas diretas serão indicadas, de agora em diante, pelo nome do entrevistado seguido da expressão “ED” e o ano. Os nomes dos entrevistados, citados neste artigo, com as respectivas datas das entrevistas, encontram-se nas referências.

Figura 1 — Valimba em Apresentação na Casa do Pai Leão



Fonte: Autoria Própria, 2024.

A valimba ocupa posição relevante na cultura Sena, permeando práticas rituais, cerimônias sociais e celebrações comunitárias. Seu valor histórico e social decorre da profunda conexão com a identidade local e com as tradições comunitárias. Esse instrumento tradicional está intimamente ligado às cerimônias religiosas e culturais, servindo como meio de comunicação simbólica entre as gerações e reforçando o sentido de pertencimento e continuidade histórica da comunidade Sena.

No Dondo, a valimba tem sido preservada e promovida, sobretudo, pelo trabalho incansável do Mestre Pai Leão. Este mestre tradicional atua não apenas como artesão, mas também como educador e guardião dos valores culturais associados ao instrumento. Sua dedicação é amplamente reconhecida na comunidade, onde ele desempenha um papel crucial na manutenção dos saberes tradicionais através de performances públicas e educativas.

Nascido em 1958 na vila de Inhaminga, distrito de Cheringoma, na província de Sofala, durante o período colonial, e registrado apenas em 1960, no dia 6 de abril, Pai Leão é autodidata em valimba. O aprendizado se deu olhando os seus irmãos mais velhos, incentivados pelo seu pai, tocador de bangwe, instrumento tradicional africano que, tendo assistido à apresentação de um músico de Mutarara, o encomendou a valimba.

Crescendo na vila de Inhaminga, Leão observava seus irmãos tocarem valimba e ganharem reconhecimento e recursos com suas habilidades musicais. Naquele contexto, quem dominava um instrumento era altamente valorizado, especialmente pela capacidade de atrair multidões para eventos comerciais. Os comerciantes locais reconheciam o valor cultural e econômico da música e organizavam eventos, realizados em formato de feiras, denominados de *magastos*, que se constituíam em espaços de comercialização, mas, também, momentos de confraternização e celebração cultural, onde a valimba era a atração principal. Eles montavam arenas com vendas de comida e bebida, obtinham licenças do governo colonial, contratavam músicos e cobravam ingressos para os espectadores para acesso ao espaço.

Durante esse período, o pai de Leão enfrentou a oposição de padres católicos locais, que viam a

valimba como uma distração para os alunos, prejudicando seu desempenho nos estudos. Os religiosos chegaram a apreender o instrumento, mas, sendo um líder comunitário e *sapanga*, — termo que pode indicar um adjunto de régulo, curandeiro ou líder espiritual —, o pai de Leão conseguiu recuperá-la dialogando com o administrador público e .

Em 1973, o ambiente de conflito entre a administração colonial portuguesa e a Frelimo forçou Pai Leão a abandonar tanto a valimba quanto a educação escolar. A acusação de colaboração de seu pai com os revolucionários levou a uma invasão e destruição de sua casa pelos combatentes, incluindo a destruição da valimba. A família de Leão teve que se refugiar na mata, temendo por suas vidas. Esse episódio narrado pelo Pai Leão (ED/2024) ratifica a análise de Litsure, já comentada, sobre as perseguições as instituições sociais, culturais e econômicas camponesas pela Frelimo no momento posterior à independência de Moçambique (Litsure, op. cit., 2021).

Pai Leão (ED/2024) confessa que, após a guerra, ao retornar para casa, já não pensava mais na valimba. Observa que esse desinteresse não era apenas uma questão pessoal, mas também fruto de um processo social em curso no país, no pós-independência: o desprezo pelas línguas africanas, a marginalização das instituições de origem camponesa, a promoção dos costumes portugueses¹³ — como a forma de pronunciar as palavras, o modo de vestir-se, o uso de garfo e faca nas refeições e a valorização e apreciação de instrumentos musicais ocidentais. Como afirma Farré (2015, p. 202), “a maneira como o projeto revolucionário foi derrotado contribuiu para reforçar as heranças coloniais que ele pretendia apagar”.

A percepção de Pai Leão sobre esse cenário é crucial para entender o seu afastamento temporário da valimba e a resistência cultural mais ampla. A valimba, como símbolo da cultura nacional, foi negligenciada em um contexto onde as tradições locais eram vistas como inferiores ou irrelevantes. Contudo, a resiliência cultural manifesta-se na revitalização dessas práticas tradicionais, como exemplificada pelo próprio retorno de Pai Leão à valimba e seu papel na preservação e inovação do instrumento.

Apenas em 1997, já adulto, casado e pai de família, com uma rede de conhecidos, Pai Leão decidiu superar a vergonha e as percepções equivocadas sobre sua cultura e começou a tocar valimba com os amigos. Enfrentando problemas de saúde e dificuldades no trabalho como guarda florestal¹⁴ no Ministério do Meio Ambiente, Pai Leão buscou uma cura espiritual. Durante o tratamento, foi recomendado voltar a tocar valimba e iniciar o trabalho de curandeirismo, uma prática que também fora de seu pai.

Pai Leão não aderiu a nenhuma religião institucionalizada, considerando-se um homem tradicional. Isso significa que ele não pertence a nenhuma agregação religiosa, não frequenta templos e nem participa de missas. Ele se identifica como Ma-Sena, utilizando sua etnia para reforçar a afirmação de ser um

¹³ Como mencionado pelos autores Mariani, Ngunga, Litsure, Cahen e Basílio, citados anteriormente.

¹⁴ Leão era polícia florestal, controlava a floresta e fauna bravia. Trabalhou por 42 anos no aparelho do Estado e se aposentou há um ano.

“tradicionalista”, o que inclui sua abordagem de fé. A identidade Ma-Sena, portanto, é um símbolo de fidelidade à sua cultura e tradições.

A afirmação de Braço (2017, p. 105) ilustra bem essa conexão inquebrável com as raízes culturais: “nenhuma distância físico-geográfica separa um Sena das suas tradições”. Isso reflete a profundidade da ligação que Pai Leão mantém com suas origens e práticas culturais, independentemente de sua localização ou das relações que o cercam. Sua identidade Ma-Sena e sua abordagem tradicionalista são manifestações vivas dessa conexão indissolúvel com a herança cultural Sena, que se expressa tanto em sua prática musical com a valimba quanto em suas atividades de curandeirismo, ambos elementos centrais de sua existência e de sua contribuição para a preservação da cultura moçambicana.

Superando as influências negativas e confiante na força de sua cultura, Pai Leão retornou ao seu instrumento com a certeza de que “a cultura é preciso alguém cavar nela para ir mais adiante; a nossa cultura não é coisa que dá vergonha a alguém, valimba não é uma coisa desprezível” (Pai Leão, ED/2024). Nessa nova fase de sua vida, ele passou a contar com o apoio de sua rede pessoal, especialmente de amigos que trabalhavam na rádio em Moçambique e que ajudavam a divulgar suas músicas. Esse suporte foi o ponto de partida para uma nova trajetória, que incluiu gravações, produção de vídeos e contratações para shows.

Pai Leão, por sua posição de destaque como mestre e mediador cultural, tornou-se um agente de relevo na divulgação e promoção do instrumento além das fronteiras locais. Ele desenvolveu relações fundamentais com instituições culturais e acadêmicas, facilitando o reconhecimento nacional da valimba. Através de suas ações, a valimba conquistou espaço em eventos culturais importantes, como o Festival Ngoma Moçambique, contribuindo para ampliar significativamente sua visibilidade.

Historicamente, a valimba acompanhou importantes transformações sociais e culturais na região. Durante o período colonial, os materiais para sua fabricação eram obtidos com dificuldade, sendo reutilizadas, por exemplo, madeiras provenientes de barris de vinho importados, exemplificando a adaptabilidade cultural diante da escassez de recursos. Atualmente, essa adaptabilidade permanece viva, como demonstrado pela utilização de madeira proveniente de árvores secas derrubadas pelo ciclone Idai em 2019, ilustrando um uso sustentável e adaptado às circunstâncias ambientais e econômicas locais.

Investigando essa forma de expressão Sena também no que se refere ao processo artesanal da fabricação da valimba, observa-se que este envolve uma série de etapas detalhadas e meticulosamente executadas, descritas pelo Mestre Pai Leão, autoridade reconhecida na produção desse instrumento. O processo inicia-se com a seleção rigorosa da madeira umbila, sendo preferida a variante fêmea devido às suas propriedades acústicas superiores. Essa madeira precisa envelhecer por, aproximadamente, cinco anos após o corte, antes de ser usada na fabricação das teclas, assegurando resistência e sonoridade ideais.

A busca pela madeira umbila ocorre frequentemente em áreas distantes, atravessando limites distritais, especialmente em razão dos desmatamentos. Pai Leão cita a região de Muanza como o principal

local de coleta, ressaltando a preferência por madeira seca e caída naturalmente, exemplificando práticas ambientalmente conscientes.

O processo de corte e transporte das árvores envolve o uso de motosserras e veículos para levar os troncos até a oficina do Mestre. Uma vez lá, a madeira passa por processos específicos de preparação, incluindo cortes, plaina elétrica e lixamento. O uso da plaina elétrica representa uma inovação tecnológica recente, adotada por Pai Leão para garantir precisão e acabamento superior nas teclas da valimba.

Cada tecla é cuidadosamente confeccionada, considerando sua espessura e comprimento exatos para a produção das notas desejadas. A afinação do instrumento, segundo Pai Leão, é comparável à da viola, ocorrendo por oitavas. Este processo exige habilidades específicas e profundo conhecimento acústico, sendo destacado pelo Mestre como crucial para a qualidade musical do instrumento.

A afinação da valimba envolve também o uso de cabaças, selecionadas criteriosamente pelo seu tamanho e ressonância acústica. Cada tecla possui uma cabaça correspondente, funcionando como caixa de ressonância, que amplifica e enriquece o som produzido. Pai Leão enfatiza que o conhecimento empírico adquirido ao longo dos anos é fundamental para identificar as cabaças adequadas, sendo que as maiores são usadas para notas graves e, as menores, para as agudas.

Além das técnicas tradicionais, Pai Leão implementou adaptações estruturais no instrumento para melhorar sua resistência e funcionalidade, especialmente para apresentações ao vivo. Ele incorporou uma estrutura metálica para sustentar pesos adicionais durante performances em que dançarinas sobem no instrumento, garantindo assim durabilidade e segurança.

Outra inovação significativa refere-se à portabilidade do instrumento. Originalmente, a valimba não era desmontável, dificultando o transporte, especialmente em viagens aéreas. Após dificuldades práticas enfrentadas em viagens, Pai Leão redesenhou o instrumento para ser desmontável, permitindo um transporte mais prático e eficiente. Esse ajuste técnico, contudo, requer horas adicionais para montagem e afinação antes das apresentações.

Essa mudança reflete a capacidade do Mestre de responder aos desafios práticos contemporâneos, mantendo a integridade cultural e sonora do instrumento. A habilidade de Pai Leão em equilibrar tradição e modernidade, garantindo que a valimba possa ser levada a audiências mais amplas, é um exemplo notável de resiliência cultural e adaptação, assegurando não apenas a preservação da qualidade musical do instrumento, mas também sua adequação às necessidades contemporâneas do mercado cultural.

A valimba foi também investigada pelo prisma da ação do poder público no processo de preservação dessa referência cultural, o que foi realizado através da análise das iniciativas promovidas pelo Conselho Municipal do Dondo, pela Rádio Moçambique e pela Universidade de Licungo. Estas entidades desempenham funções distintas, mas complementares, na salvaguarda deste patrimônio cultural.

O Conselho Municipal do Dondo assume papel central nas ações culturais e administrativas

relacionadas à preservação da valimba. Como parte da estratégia descentralizada de administração local moçambicana, o Dondo elevou-se à categoria de município em 1998, estruturando-se em diversas vereações especializadas, dentre elas, a de Educação, Cultura, Juventude e Desportos. Este departamento tem sido responsável por iniciativas significativas, refletindo o compromisso público com a valorização da valimba, considerada uma expressão cultural prioritária.

Em 2019, o Conselho Municipal firmou parceria estratégica com a Associação Makolokoto, promovendo atividades culturais relevantes. Uma das primeiras ações dessa colaboração foi a apresentação do grupo de valimba do Pai Leão na cidade de Maputo e a organização do Primeiro Festival de Valimba do Dondo. Este festival reuniu instrumentistas da Província da Zambézia e outros distritos de Sofala, contando também com a participação de representantes do Ministério da Cultura e do Turismo e da Escola de Artes, destacando a importância regional do evento (Júnior, M. C., 2024).

Adicionalmente, o Conselho Municipal reforçou seu apoio durante o período de retomada das atividades após a pandemia da Covid-19, oferecendo infraestrutura para a construção da Casa de Cultura, destinada a sediar a Associação Makolokoto. Em 2024, um projeto conjunto entre esses dois organismos e a Universidade de Licungo recebeu apoio municipal, incluindo hospedagem e alimentação para a equipe responsável pela filmagem da vida e obra do Mestre Pai Leão (Luis, C., 2024).

As iniciativas municipais incluem eventos como o Dia da Cidade e outros encontros comunitários, proporcionando espaços de apresentação pública que valorizam a expressão cultural. O objetivo maior do Conselho Municipal é obter o reconhecimento internacional da valimba como patrimônio da humanidade pela Unesco, garantindo sua preservação e promoção global (Luis, C., 2024).

Outro ator público fundamental é a Rádio Moçambique (RM), que desde sua fundação em 1975, desempenha um papel essencial na divulgação das expressões culturais moçambicanas, incluindo a valimba. A RM contribuiu significativamente para a visibilidade da valimba por meio da inclusão frequente das músicas do Mestre Pai Leão em sua programação. Essa divulgação ganhou impulso após a participação bem-sucedida do grupo Batche Manhécida no festival de música tradicional promovido pela Cooperação Austríaca, que possibilitou a gravação em estúdio com qualidade técnica superior, resultando no álbum “Mwandizungulira” (Pai Leão, ED/2024).

Essa participação também permitiu que Pai Leão alcançasse reconhecimento nacional, sendo incluído no prestigioso concurso Ngoma Moçambique, em 2019, promovido pela Rádio Moçambique. A valimba, pela primeira vez na história, competiu com músicas ligeiras, conquistando destaque significativo e elevando o Mestre Pai Leão ao título de Figura do Ano. A cobertura constante e a veiculação contínua das músicas do grupo reforçam o compromisso da Rádio Moçambique com a promoção e valorização das culturas tradicionais do país.

Finalmente, a Universidade de Licungo emerge como uma instituição-chave na preservação

acadêmica e educacional da valimba. Com a criação do novo curso de Artes, que inclui disciplinas inéditas sobre valimba e outras tradições culturais locais, a universidade promove uma abordagem inovadora, integrando saberes tradicionais e acadêmicos. Esse compromisso foi exemplificado com a organização do I Fórum Musical Valimba Pai Leão, realizado em março de 2024, que incluiu atividades acadêmicas, oficinas práticas e a produção do documentário sobre a vida e obra do Mestre Pai Leão (Chingore, T.T. ED/2024).

Esse evento acadêmico e artístico contou com o apoio logístico e financeiro do Conselho Municipal da Beira e do Dondo, demonstrando uma articulação interinstitucional eficaz na promoção da valimba. A parceria institucional revelou-se essencial não apenas para o sucesso do evento, mas também para impulsionar a inserção da valimba no ambiente acadêmico e cultural, destacando-se como uma referência cultural de importância estratégica para a região (Chingore, T.T. ED/2024).

Em suma, as ações coordenadas entre o Conselho Municipal do Dondo, a Rádio Moçambique e a Universidade de Licungo refletem uma estratégia ampla e eficaz de valorização e promoção da valimba, contribuindo decisivamente para a preservação cultural e o desenvolvimento sustentável da região.

Para além destes organismos públicos, as organizações da sociedade civil também têm desempenhado um papel fundamental na preservação, valorização e promoção da valimba no distrito do Dondo. Entidades como a Associação de Cultura Makolokoto e o Grupo Sotemaza emergem como atores estratégicos na preservação desse patrimônio cultural imaterial, fortalecendo a identidade comunitária e contribuindo para o desenvolvimento sustentável local.

A Associação Makolokoto foi fundada em um contexto desafiador, após o ciclone Idai, demonstrando a resiliência e capacidade de mobilização social em períodos críticos. Sua fundação teve como objetivo inicial apoiar a recuperação emocional e cultural da população local, promovendo ações culturais que enfatizassem o valor das tradições locais, especialmente da valimba. A associação rapidamente consolidou-se como entidade influente na valorização cultural e turística, realizando diversos eventos e oficinas que promovem a visibilidade do instrumento (Luis, C., ED/2024).

Entre as atividades destacadas está a promoção de encontros culturais e educativos que envolvem diretamente os jovens da comunidade. Estas ações têm como objetivo principal não só a preservação das práticas culturais tradicionais, mas também a transmissão intergeracional dos saberes ligados à valimba. A Makolokoto atua ainda em parceria com outras entidades locais e regionais, contribuindo para um ambiente de cooperação que maximiza o impacto de suas ações (Luis, C., ED/2024).

O Grupo Sotemaza, por sua vez, tem também exercido um papel crucial na divulgação e preservação da valimba. Este grupo cultural, hoje com as suas atividades reduzidas, apoiou historicamente apresentações públicas e educativas que serviram como plataforma de valorização da cultura Sena (Chungano, C. M., ED/2024). Através dessas ações, o grupo contribuiu para fortalecer a percepção comunitária sobre a importância da preservação cultural, incentivando o engajamento da população em iniciativas locais e

regionais (João, D. F., ED/2024).

Ambas as organizações também desempenharam um papel importante na criação de redes e parcerias institucionais, ampliando a capacidade local de preservar e valorizar a valimba. Essas redes incluem instituições governamentais e acadêmicas, o que tem facilitado a realização de eventos e ações educativas mais amplas.

Em suma, as organizações da sociedade civil têm se mostrado indispensáveis para a manutenção e desenvolvimento das tradições associadas à valimba no Dondo. Sua atuação multifacetada, abrangendo preservação cultural, educação, comunicação, turismo e desenvolvimento comunitário, representa um modelo eficaz e inspirador para outras comunidades que buscam preservar e promover seus patrimônios culturais imateriais.

5 SABERES LOCAIS NA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: A EXPERIÊNCIA DA VALIMBA DO PAI LEÃO/DONDO

O estudo que deu origem a este artigo também contextualiza historicamente a importância do reconhecimento dos saberes locais no sistema educacional moçambicano, enfatizando os desafios e avanços das últimas décadas. A inclusão curricular dos saberes tradicionais, em especial da valimba, foi analisada como um mecanismo poderoso para a afirmação identitária comunitária e de capacitação das novas gerações.

A integração dos saberes locais no currículo escolar torna-se necessária não somente para a preservação cultural, mas também para a formação de uma identidade comunitária sólida. Essa prática educacional reforça o sentimento de pertencimento e conecta os alunos às suas raízes culturais, oferecendo um contraponto à influência histórica de sistemas educacionais colonialistas, que frequentemente marginalizavam conhecimentos autóctones (Braço e Casali, 2007).

No contexto moçambicano, marcado por uma longa história de educação influenciada pelo modelo colonial europeu, a valimba emerge como símbolo de resistência cultural e educativa. A abordagem educativa baseada nos saberes tradicionais, como a valimba, desafia o paradigma eurocêntrico predominante, proporcionando aos estudantes uma visão alternativa e inclusiva da história e cultura locais.

A pesquisa realizada nas escolas do Dondo evidenciou o potencial dessa estratégia educativa. Professores e gestores educacionais locais destacam a importância de preservar e ensinar práticas culturais como a fabricação e a performance musical da valimba, não apenas como arte, mas como elementos pedagógicos que fortalecem as habilidades práticas, cognitivas e sociais dos alunos.

Além disso, a escola torna-se um espaço de mediação cultural, preparando estudantes não apenas para preservar a cultura Sena, mas também para apresentá-la a visitantes externos, potencializando o turismo cultural na região. Ao aprenderem a valimba, estudantes tornam-se aptos a atuar como embaixadores

culturais, proporcionando experiências turísticas autênticas e educativas.

Mas ainda são significativos os desafios para que a escola exerça efetivamente este papel de espaço de diálogo intercultural, onde tradições locais são valorizadas e ensinadas de forma crítica e reflexiva, permitindo aos alunos entender as dinâmicas históricas e sociais que moldaram suas identidades culturais.

A pesquisa realizada nas escolas selecionadas do Distrito do Dondo possibilitou verificar que os dirigentes e professores conhecem os conceitos de Currículo Local (CL) e os saberes locais, bem como compreendem a importância da sua inserção na educação e na resolução de questões vinculadas à vida social e estudantil, inclusive no que se refere à permanência e evasão feminina, um problema expressivo para a sociedade moçambicana.

Os estudantes podem não estar familiarizados com a terminologia específica de CL e dos saberes locais, mas demonstram uma compreensão clara do que esses conceitos implicam em sua formação educacional e expressam uma posição favorável à sua inclusão no ambiente escolar. O empenho dos dirigentes e professores em relação a esses saberes reflete diretamente a percepção e o interesse dos alunos pelas questões culturais que fazem parte de sua educação.

As escolas localizadas próximas à residência do Pai Leão, de modo geral, têm uma interação com a valimba. A maioria dos estudantes e professores conhece tanto o instrumento musical quanto o Mestre que o representa. No entanto, apesar desse conhecimento e do interesse cultural, a valimba não está formalmente integrada na educação. Não existem oficinas dedicadas ao instrumento, as apresentações são raras, e não há incentivos para que os alunos participem dos ensaios do “Professor Leão” ou para que ele tenha um papel mais ativo dentro das escolas. Essa situação indica uma desconexão entre o reconhecimento da importância cultural da valimba e sua efetiva inclusão como parte do currículo educacional.

Os ritos de iniciação, presentes de forma mais marcante do que outros aspectos culturais, são incorporados como temas transversais em disciplinas que possuem maior afinidade com essa temática. Em certos casos, esses ritos são abordados em sala de aula por organismos de apoio escolar, que incluem a participação de professores, estudantes, pais e representantes da comunidade. A efetividade dessa abordagem está diretamente ligada à sensibilidade e ao interesse da direção da escola e dos professores. Os estudantes, especialmente aqueles com maior maturidade, demonstram valorizar e ansiar pela inclusão dos ritos de iniciação entre os temas escolares, conscientes de sua importância para a transmissão de saberes tradicionais e para a formação identitária de homens e mulheres moçambicanos.

De maneira geral, a política pública de incentivo ao currículo local necessita de um acompanhamento e atualização mais consistentes. Atualmente, a implementação do CL depende fortemente do interesse individual da direção escolar e da atuação proativa de professores engajados, o que expõe a proposta a sérios riscos de descontinuidade. Sem o devido suporte e supervisão dos órgãos de educação distrital, provincial e nacional, a proposta do CL corre o risco de tornar-se obsoleta, permanecendo apenas nos documentos

oficiais e na memória de um grupo limitado de pessoas, sem alcançar o impacto cultural e educacional que poderia ter na prática.

A abordagem educativa intercultural, integrando a valimba como saber local, revela-se como uma estratégia poderosa para promover a sustentabilidade cultural e o desenvolvimento socioeconômico da região. Ela fortalece o turismo étnico e cria bases sólidas para um futuro no qual as tradições Sena são reconhecidas, valorizadas e sustentadas por gerações futuras, contribuindo significativamente para a identidade e o desenvolvimento do distrito do Dondo. Entretanto, para maximizar seu impacto turístico e cultural, é essencial uma implementação efetiva, com apoio estrutural e financeiro adequado às escolas, educadores e mestres tradicionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos os rebatimentos sofridos pelo patrimônio cultural tradicional de Moçambique nesses 50 anos de Independência. Após as significativas perdas culturais e linguísticas do período da dominação colonial, a cultura tradicional passou a defrontar-se, durante o monopartidarismo, com políticas que visavam erradicar o patrimônio imaterial, perseguindo e, até mesmo, eliminando fisicamente as autoridades comunitárias tradicionais e os detentores de conhecimentos tradicionais.

Essas ações refletiam um esforço sistemático para suprimir as identidades culturais locais por meio de mecanismos ideológicos e dismantelar as estruturas culturais e sociais tradicionais em favor de uma visão dita como moderna e centralizada do Estado. O novo modelo, altamente centralizado, visava a criação do “Homem Novo” moçambicano, ao tempo em que excluía a diversidade cultural, vista como um obstáculo à unidade nacional.

Com o estabelecimento da democracia multipartidária e a assinatura do Acordo Geral de Paz, Moçambique passou a revalorizar sua diversidade cultural, reconhecendo o valor das línguas maternas e práticas tradicionais na construção de uma identidade nacional inclusiva e próspera. O processo de revalorização implicou em uma abertura maior para o setor privado e internacional, refletindo-se em mudanças significativas nas dinâmicas culturais locais. Com a globalização, vieram novas oportunidades e desafios, o que, entretanto, não se fez acompanhar pelo fortalecimento institucional necessário, resultando na dependência financeira externa e fragilidade no sistema interno de gestão cultural.

Apesar das complexidades e dificuldades históricas e contemporâneas, há uma necessidade urgente de políticas culturais mais integradas, inclusivas e sustentáveis. Essas políticas devem considerar as especificidades regionais e promover a participação ativa das comunidades, garantindo não apenas a preservação cultural, mas também o fortalecimento econômico e social. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo étnico pode ser uma oportunidade, como é o caso emblemático da valimba no distrito do Dondo.

Este artigo demonstrou a importância estratégica da valorização dos saberes tradicionais e do turismo



étnico como alternativas viáveis para o desenvolvimento sustentável da região central de Moçambique. A valimba, mais que um simples instrumento musical, representa um elo fundamental para a manutenção da identidade cultural, proporcionando também uma base sólida para iniciativas econômicas locais. Em suma, evidenciou que a valimba representa uma oportunidade singular e estratégica para o desenvolvimento sustentável do distrito do Dondo, integrando tradição cultural, educação intercultural, empoderamento comunitário e desenvolvimento econômico sustentável.

Promover a valimba enquanto patrimônio cultural de Moçambique e da humanidade e integrá-la nos circuitos turísticos implica um compromisso ético e cultural, que reconhece e valoriza as complexas relações culturais, sociais, educacionais e de gênero envolvidas. O turismo étnico no Dondo, articulado ao redor da valimba, pode proporcionar uma experiência única e profunda, promovendo simultaneamente a preservação cultural, o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento das identidades locais, contribuindo decisivamente para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da região.

FINANCIAMENTO

Estudo financiado pela Chamada Pública ATLÂNTICAS MCTI/CNPq/MIR/MMULHERES/MPI - Nº 36/2023 - Brasil para Apoio Financeiro – Processo: 200125/2024-9.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, Guilherme. O Estado e a escola na construção da identidade política moçambicana. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tese (Doutorado em Educação), 2010. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10227>. Acesso em 01/02/2025.
- BRAÇO, António Domingos, CASALI, Alipio Marcio Dias. Educação em Moçambique: a formação da identidade nacional na diversidade cultural e de saberes. IV Simpósio Trabalho e Educação, agosto de 2007. Disponível em <https://www.academia.edu>. Acesso em 23/11/2023.
- BRAÇO, António Domingos. Pana Nsanje Pana Mwambo: Gênero e Narrativas Oraís do Povo Sena em Moçambique. Tese (Doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.
- BUSSOTTI, Luca; GUNDANE, Reginaldo Albino. Políticas culturais em Moçambique entre identidade nacional e instâncias locais (1975-2009). REALIS, v.9, n. 02, Jul-Dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/245717>. Acesso em 20/01/2025.
- CASTIANO, José P. Referenciais da Filosofia Africana: Em Busca da Intersubjectivação. Maputo: Editora Ndijira, 2010.
- CHUNGANO, C. M. Chacanza Mavunguire Chungano: depoimento [22 de fevereiro, 2025]. Moçambique, Beira:[s.n], 2025.
- COMITÊ INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL (ICOMOS). Carta de Turismo, 1976. Disponível em <https://www.icomosictc.org/p/1976-icomos-cultural-tourism-charter.html>. Acesso em 26/08/2025.
- FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. Editora Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB), 01/12/2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/aa/1443>. Acesso em 04/12/2024.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Antropologia Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GRABURN, N. Tourism: the sacred journey. SMITH, V. (Org.). Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1976, p. 20-41.
- GUBER, Rosana. La etnografía. Método, campo y reflexividad. Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001. Disponível em https://perio.unlp.edu.ar/catedras/mis/wp-content/uploads/sites/126/2020/04/cap4guber_r._-la_etnografia.pdf. Acesso em 25/11/2024.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. The Invention of Tradition. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em https://nationalismstudies.org/wp-content/uploads/2021/03/The-Invention-of-Tradition-by-Eric-Hobsbawm-Terence-Ranger-z-lib.org_.pdf. Acesso em 15/02/2025.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Carta de Turismo Cultural, 1976. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>. Acesso em 26/08/2025.
- JOÃO, D. F. Dede Faustino João: depoimento [22 de fevereiro, 2025]. Moçambique, Beira:[s.n], 2025.

JONE, J. F. L. José Francisco Leão Jone (Pai Leão): depoimento [15 de outubro, 2024]. Moçambique, Dondo:[s.n], 2024.

_____. depoimento [22 de outubro, 2024]. Moçambique, Dondo:[s.n], 2024.

_____. depoimento [27 de novembro, 2024]. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Moçambique, Dondo:[s.n], 2024.

_____. depoimento [21 de maio, 2025]. Entrevistadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz. Moçambique, Dondo:[s.n], 2025.

JÚNIOR, M. C. Manoel Cambezo Júnior: depoimento [22 de outubro, 2024]. Moçambique, Dondo:[s.n], 2024.

LAZAGNA, Angela. Michel Cahen, Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado. Crítica Marxista entrevista a Michel Cahen. 23 de fevereiro de 2006. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19498>. Acesso em 10/02/2025.

LITSURE, Henrique Francisco. A Independência e o Processo da Definição da Identidade Moçambicana. Revista África(s), vol. 8 | Nº. 16 | Ano 2021, p. 75-87. Disponível em <https://revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/15291>. Acesso em 26/02/2025.

LUÍS, C. Camilo Luís: depoimento [22 de outubro, 2024]. Moçambique, Dondo:[s.n], 2024.

LOPES, Pedro João Pereira. Políticas culturais em Moçambique: quando há pouca “luz no fundo do túnel”. 2016. Disponível em https://www.academia.edu/23190590/Pol%C3%ADticas_Culturais_em_Mo%C3%A7ambique_Quando_h%C3%A1_Pouca_Luz_no_Fundo_do_T%C3%BAnel. Acesso em 15/02/2025.

MACAMO, Elísio. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. SERRA, Carlos (org.). Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização. Maputo: Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p. 35-69.

MARIANI, Bethania. Língua, Colonização e Revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 4, nº 7, novembro de 2011. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5616560.pdf>. Acesso em 08/04/2025.

MASSEKO, Felizardo Gabriel. A Guerra dos 16 Anos em Moçambique: Causas Nacionais ou Internacionais? Revista Nordestina de História do Brasil. Cachoeira, v. 2, n. 3, p. 120-136, jul./dez. 2019. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pdfs.semanticscholar.org/d48b/89df192313022cd608ef469f0c12c1b15379.pdf](https://pdfs.semanticscholar.org/d48b/89df192313022cd608ef469f0c12c1b15379.pdf). Acesso em 05/12/2024.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. Perfil do Distrito do Dondo, Província de Sofala. Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local, Projeto de Apoio à Reforma da Governança Local, Edição 2005. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2928/23692/version/1/file/Dondo.pdf>. Acesso em 08/11/2024

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. Relatório sobre a Implementação da Convenção e sobre o Estado dos Elementos Inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, 2023. Ministério da Cultura e Turismo, MOÇAMBIQUE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatísticas do Distrito de Dondo, 2017 – 2021. Disponível em https://www.ine.gov.mz/estat%C3%ADsticas/-/document_library/pfpz/view/108531 . Acesso em 08/11/2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. Relatório sobre a Implementação da Convenção e sobre o Estado dos Elementos Inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Ministério da Cultura e Turismo, MOÇAMBIQUE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Estatísticas do Distrito de Dondo, 2017 – 2021. Disponível em https://www.ine.gov.mz/estat%C3%ADsticas/-/document_library/pfpz/view/108531 . Acesso em 08/11/2024.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique -PEDTMII (2016-2025). República de Moçambique, Ministério da Cultura e Turismo, 2015. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ich.UNESCO.org/doc/src/Signed%20periodic%20report%20-%20Periodic%20report-62478.pdf> . Acesso em 23/11/2024.

NGUNGA, Armindo. Os desafios da investigação linguística em África: o caso de Moçambique. São Paulo: África Online, n. 42, p. 86-108, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/>. Acesso em 15 de março de 2025.

NHANCALIZE, Domingos, et. alli. Projeto de Promoção de Meios de Informação e Iniciativas Culturais – Promiso. Canção Dança e Instrumentos de Música Tradicional nos Distritos de Búzi, Dondo e Marrromeu Província de Sofala. Sofala: Casa Provincial de Cultura de Sofala, Governo de Sofala, 2005.

QUEIROZ, Mércia. Turismo de Raízes na Bahia: um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho / Salvador e da Festa da Boa Morte / Cachoeira. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31097/1/Dissertação%202008%20Mércia%20Queiroz%20Raizes%20na%20bahia%20dissertação%20de%20Mércia%20Queiroz%20para%20POSCULTURA%202008.pdf>

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf U. Acesso em 19/01/2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). Colonização, Quilombos - modos e significados. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, 2015. Disponível em: <https://repi.ufsc.br/node/167>. Acesso em 14/05/2025.

SARAIVA, Pascoal Santos. Turismo Cultural: uma reflexão sobre alguns locais associados aos Makombe no desenvolvimento da atividade turística. In: Embodeiro Publicação Sócio-cultural do ARPAC. Perspectivas, Análises e Descrições. ARPAC-Instituto de Investigação Sócio-Cultural, outubro de 2018. Disponível em: <https://share.google/Q4aG4OeXS4gu76RTI>. Acesso em 27/08/2025.

SERRA, Carlo. Prefácio. SERRA, Carlos (org.). Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização. Maputo: Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p. 9-15.



TRACEY, Andrew. Kambazithe Makolekole and his Valimba Group: Aglimpse of the Technique of the Sena Xylophone. Journal of International Library of African Music. Disponível em <https://journal.ru.ac.za/index.php/africanmusic/article/view/1932> . Publicado em 12/07/2017. Acesso em 02/12/2024.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. Localização do Distrito do Dondo em Moçambique. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dondo_%28distrito%29, acesso em 01/04/2025.